

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2013:** _____

---Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e treze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, inicialmente, sob a presidência de Manuel Fernando Torres Arezes até à chegada do senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Fernando Couto dos Santos. -----

---A reunião da presente sessão inicialmente secretariada por Armando Luís Lopes Martins, em substituição de Bibiana Secundina Dias Oliveira e, após a sessão passar a ser conduzida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi a sessão secretariada pelo Primeiro Secretário da Mesa, Manuel Fernando Torres Arezes e Armando Luís Lopes Martins. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Maria Adriana Brochado da Cruz Novo em substituição de Manuel Enes de Abreu,
Berta Filipa Gonçalves Viana,
António Maranhão Peixoto,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
Zélia Susete Rosas Fernandes,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
António Manuel Meira da Cruz Queirós
António Viana da Cruz,
Manuel Barros Lopes,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte horas e vinte minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação

desta, bem como dos senhores Vereadores:

Jaquelina Casado Afonso Areias,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Maria Raquel Moraes Gomes do Vale,
Rui Manuel Martins Pereira e
Hersília Manuela Sousa Neves Brás Marques.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

Bibiana Secundina Dias Oliveira,
Miguel de Almeida Moreira,
Maria Isabel Fernandes Dias e
José Henrique Laranjeira Brito.

---Não compareceram inicialmente os membros:

António Fernando Couto dos Santos.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Interveio Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando, inicialmente, dois Votos de Pesar que se transcrevem:

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José da Cruz Carvoeiro, pai do senhor deputado da Assembleia Municipal de Esposende, Dr. Manuel Carvoeiro.

O presente voto de pesar foi subscrito pela totalidade dos Grupos Políticos.

“Em virtude do recente falecimento do senhor José da Cruz Carvoeiro, pai do nosso colega desta Assembleia Municipal o Dr. Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, propomos a esta Assembleia aprove um voto de pesar por tal doloroso acontecimento, apresentando ao Dr. Carvoeiro e toda a família sinceras condolências.”

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Mário Neiva Losa, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas.

O presente voto de pesar foi subscrito pela totalidade dos Grupos Políticos.

“Em virtude do recente falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas senhor Mário Neiva Losa, propomos a esta Assembleia aprove um voto de pesar por tal doloroso acontecimento, apresentando à sua Família sinceras condolências.”

Continuando a sua intervenção,

“Em primeiro lugar queremos expressar as nossas felicitações à Câmara Municipal pelo êxito de mais um BTT Internacional – a XI edição, que aconteceu neste último fim-de-semana e que trouxe a Esposende milhares de pessoas sobretudo praticantes de BTT. Também felicitar a Câmara pela apresentação do Programa da Galaicofolia cuja iniciativa trará, sem dúvidas, grande dinamismo económico, social e cultural a Esposende e com maior destaque ao Castro de S. Lourenço.

Estava há dias a reler Miguel Torga e surpreendeu-me uma frase inserida no seu Diário IX que dizia, de forma sarcástica, que “ouvir um político, e ouvir um papagaio insincero”. É evidente que me choca esta forma de rebaixar uma actividade que deveria, na sua essência, ser nobre e aplaudida pela nação. É também claro que Torga, ao dizê-lo, olhava para o abandono a que estavam sujeitas as terras de Barroso e as vãs promessas dos políticos quando por lá passeavam. Por diversas vezes o escritor manifestou o seu afastamento dos homens que moravam a volta do Terreiro do Paço e isso fazia dele um eterno desconfiado dos políticos e da vida política.

Esta nota introdutória serve simplesmente para introduzir algumas reflexões políticas que nos apraz fazer nesta Assembleia Municipal, umas de carácter mais nacional e outras mais ligadas a nossa política local.

Há dias celebraram-se 39 anos da Revolução de Abril. Mais uma vez este dia da Liberdade serviu para mostrar quão frágil está a nossa democracia e, sobretudo, a constatação de que ainda há quem não aceite as regras democráticas e não acate, com facilidade, que o slogan pós abrilino – e de cariz tão esquerdista – “O voto e a Arma do Povo” pensando que este já não tem razão de existir.

Não vamos aqui repetir o que há um ano dissemos nesta mesma tribuna sobre este mesmo assunto.

Então criticamos os ausentes nas comemorações nacionais que invocavam “razoes que a razão desconhece”. Criticamos alguns militares que se arrogavam de senhores de Abril e só eles é que teriam direito de dizer o que é bom ou mal para Portugal. Pouco ou nada mudou no comportamento destes actores. Ontem como hoje continuam a pensar da mesma forma e, contrariando o seu propósito despótico, o povo continua a dizer-lhes que ainda é, e quer continuar a ser, soberano nas suas decisões.

Mas outros dados vieram, entretanto, juntar-se-lhes. Agora assistimos com o maior dos desplantes aos apelos dos partidos políticos, desde o Partido Socialista aos mais esquerdistas, para o chamado Poder Popular ou Poder na Rua, aludindo mesmo a uma Unidade Patriótica. Será que tem consciência do que representa esse apelo? Será que esse mesmo povo que votou e escolheu nas últimas legislativas quer mesmo o poder na rua? É claro que só assim, usando o confronto de rua, a confusão, e não o discurso político e escondendo o seu deserto de ideias, conseguiriam atingir alguns dos seus propósitos revolucionários. O povo é sereno, sabe fazer as suas escolhas nos momentos próprios e usando, naturalmente, os instrumentos que a democracia lhe proporciona. É verdade que o Partido Socialista tem vindo a arrepiar caminho. O seu discurso tornou-se menos radical – sabe-se lá porquê – já diz menos disparates, já deixou o discurso de querer ir, de imediato a votos, já não se identifica tanto com aqueles que lhe estavam a tomar a dianteira na rua, já acha que é ao povo, e no devido momento, que compete fazer a escolha de governo e que esse mesmo povo não gosta, nunca gostou, de extremistas radicais. Mesmo assim o PS – e os outros por arrasto – vestiram-se de fato novo para as comemorações de Abril. Na noite anterior leram, de certeza, excertos da ópera-satírica Alecrim e Manjerona onde se tecem os contornos da conquista do poder e sonharam com o momento em que o Presidente da República lhes iria dar de presente, em dia da Liberdade, o Governo da Nação. Não aconteceu o esperado, fizeram birra, disseram mal

do Presidente, insultaram-no, não compreenderam o seu acutilante discurso, saíram a resmungar e vieram carpir os seus infortúnios para o seu conclave de Santa Maria da Feira, onde o líder afirmou, para espanto de muita gente, que mesmo que o povo lhe venha a dar uma maioria absoluta, não ira fazer uso dela pois deseja viver eternamente enamorado com outros parceiros. Disparates que mesmo os menos preparados politicamente não acreditam. Perguntamos a Antonio José Seguro: - Então para que pede uma maioria absoluta se não precisa dela para governar? Que o Partido Socialista e um partido fundamental para a vida democrática portuguesa ninguém o dúvida mas, também para credibilizar a política nacional, é necessário que se mantenha um discurso coerente, não demagógico e, sobretudo, que se fale verdade aos portugueses.

Não foi só a política nacional que nos surpreendeu, também a política local nos trouxe novidades que merecem a nossa atenção.

Não podemos deixar de felicitar o Partido Socialista de Esposende por apresentar publicamente o seu candidato à Câmara Municipal. A escolha recaiu no nosso amigo João Nunes, pessoa de que nutro amizade pessoal e que tenho a certeza trará valor acrescentado ao combate político local e, naturalmente, dará o seu melhor contributo como vereador do Executivo Municipal, caso não venha a desistir desse mesmo cargo. Não podemos, no entanto, deixar de lhe sugerir de forma amiga, que não se deixe embalar pelas promessas fáceis aos eleitores, como aconteceu com autarcas vizinhos que se comprometeram a tomar medidas que previamente sabiam ser inexecutáveis e completamente irrealistas. Da sua recente entrevista, que lemos com curiosidade e ânsia de saber o que pretende para o nosso concelho, pouco ou nada disse. Há, no entanto, um dado que me mereceu nota positiva na leitura que fiz. Diz João Nunes que se regozija com a acção da Câmara, pelo muito e bem que tem feito no concelho e pelo excelente desempenho financeiro da mesma. É verdade e folgamos muito em saber que a nossa oposição pensa isso mesmo pese embora vote, quase sempre, de forma diferente. Mas o que me surpreendeu mais, e talvez justifique o cenário escolhido para a reportagem fotográfica da entrevista, foi o dizer que a requalificação da zona ribeirinha de Esposende é uma obra sua e que a Câmara se terá apoderado dessa sua promessa eleitoral. Daqui não posso deixar de dizer que serei o primeiro a subscrever uma moção onde se peça ao senhor Presidente da Câmara que altere, com urgência, a placa que marca a inauguração daquela obra e se coloque, de facto, o nome de quem a idealizou, projectou e realizou. Como se costuma dizer – O seu a seu dono.

Já agora para quando a apresentação de outros candidatos de forma a começarmos, com tempo, a conhecer as suas propostas para o nosso município?”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, cuja intervenção se transcreve:

“Esta é uma intervenção que eu gostaria de ter feito no dia 25 de Abril, aqui nesta casa. Mas, como sempre, neste dia, as portas da casa da Democracia, as portas da Assembleia Municipal cerram-se com sete chaves e paira o silêncio.

No dia 25 de Abril, assinalaram-se 39 anos da REVOLUÇÃO DOS CRAVOS!

No passado 2 de Abril passaram 38 anos da Constituição da Republica Portuguesa.

Sim, há 39 anos o Povo Português soltou amarras e pôs termo a um dos períodos mais negros da sua história, a ditadura dos monopólios associados aos latifundiários, a ditadura fascista que, para condenar o país à miséria, ao atraso, ao subdesenvolvimento, prendia, torturava, matava quem, de forma persistente e coerente, resistia. Ditadura fascista, brutal e sanguinária em toda a linha, cujo húmus da sua existência era feito do negrume dos cárceres, das lágrimas

e sofrimento do Povo. Fascismo que, com toda a sua brutalidade, conseguiu tirar muitos bens ao povo português e aos povos dos países africanos então colonizados, mas não lhes conseguiu tirar nem a coragem, nem a dignidade.

A coragem e dignidade do Povo Português, deste Povo, que há 39 anos cantou hinos de liberdade nas veredas e socalcos, nas praças e avenidas, nos campos e nas fabricas, nos barcos sobre as ondas do mar.

A coragem e a dignidade, fermento certo da Revolução que, então, se fez!

E fez-se Abril! Abril que foi alegria, foi esperança, foi luta, foi direitos, foi conquista, foi liberdade.

Abril foi Salário Mínimo Nacional, foi Serviço Nacional de Saúde, foi escola pública, gratuita e de qualidade para todos, foi Reforma Agrária, poema – seara imensa, com pão para toda a gente, foi nacionalização dos sectores básicos da economia e Portugal a produzir.

Abril foi Poder Local Democrático com o conjunto de avanços que ele proporcionou, foi a Paz com todos os Povos, e foram povos e países devolvidos a si próprios.

Abril foi dignidade para o nosso povo, foi independência e soberania nacionais.

Abril foi ideário e rumo para a efectivação de um Portugal próspero e de progresso.

E de Abril e Maio nasceu a Constituição da República Portuguesa e todo um edifício jurídico que ancorou conquistas e direitos dos trabalhadores e do nosso Povo.

Na passagem do tempo, têm sido desferidos fortíssimos ataques aos ideais de Abril.

Os dias voltam, como há 40 anos, a ser tristes e cinzentos. Hoje como no tempo da longa noite fascista, temos a fome outra vez. Vivemos um tempo de esperanças agredidas.

Hoje, temos de novo e com mais ímpeto quem queria questionar Abril. PSD e CDS, juntos nos comandos da política de direita, mas a concretizar um projecto, contra Abril e os seus valores, que o PS negociou com a Troika estrangeira, assumem com toda a clareza os seus objectivos: empobrecer o povo e o país, retirar direitos a quem trabalha, favorecer os grandes grupos económicos, pôr em causa a soberania nacional.

Como a Constituição não se adapta aos seus intentos e projectos, como o Tribunal Constitucional foi obrigado, pela luta popular e pela dimensão do protesto, a afirmar que a sua política está fora da lei fundamental do país, levantam-se, de novo, as vozes do costume a dizer mude-se a Constituição.

Perseguindo o objectivo de pôr em causa o regime democrático saído da revolução de Abril, a direita no poder tem em marcha uma ofensiva dirigida contra os seus elementos mais avançados e progressistas, numa linha de continuo confronto e violação do texto constitucional procurando novos pretextos para o desrespeitar, empobrecer a democracia e liquidar o regime democrático, de que é mais recente exemplo o ataque em curso as funções sociais do Estado.

Ofensiva que tem também expressões na vida concreta dos trabalhadores e dos povos.

Com as limitações ao direito de participação sindical, com os atropelos às liberdades, com as tentativas de limitar a participação popular no poder local.

Mas, tal como o processo contra-revolucionário não está concluído também o regime democrático não pode ser considerado extinto e a Constituição da República declarada letra morta, como pretendem os promotores da política de direita.

Os trabalhadores e as populações em luta nos últimos meses tem declarado alto e bom som que Abril está vivo e que é necessário retomar os seus caminhos, condição essencial para por fim ao rumo de desastre da vida nacional.

É urgente reviver Abril em todas as estações do ano. Se tivermos que fazer silencio, então que seja para escutar o chilrear dos pássaros, a brisa do vento, as orquestras, a vida.

Não o silêncio que nos querem impor. Não o silêncio dos órgãos deste Município de Esposende e da larguíssima maioria das Juntas e Assembleias de freguesia, um silêncio rotineiro, porque, de forma ostensiva e reaccionária, já erigido a categoria de monumento contra a revolução de Abril.

Sim, esta Câmara, esta Assembleia Municipal e a generalidade das Juntas e Assembleias de Freguesia, silenciam, institucionalmente, o 25 de Abril.

Silêncio que o PCP condena em toda a linha. Por isso, esta intervenção, necessária, oportuna e relevante, aqui, nesta Assembleia, contra a vossa vontade, para que não vença o esquecimento e a história não se apague, para que os mais novos fiquem a saber que o horror fascista existiu e foi derrubado naquela manhã libertadora do 25 de Abril de 1974.

Abril, o 25 de Abril, que urge defender em todos os sítios, nas lutas, em todas as lutas que vale a pena travar em cada dia que passa.”

Seguidamente usou da palavra Ana Morgado, do Grupo Político do PS, referindo, inicialmente, que antes de proferir a sua intervenção e porque, como disse, não consegue resistir à tentação de fazer um comentário à intervenção do deputado Albino Neiva, referiu que o PSD não entende que a política, principalmente pelo momento actual, precisa de consensos, de ouvir todas as vozes e do contributo de todos e, também não entende, que o PS, nesta lógica, saberá fazer uso da maioria absoluta que terá.

Continuando, apresentou uma Moção que se transcreve:

Moção contra intenção do Governo de privatizar a Empresa Geral do Fomento, S.A. e a consequente privatização da maioria do capital social da RESULIMA, S.A. -----

“A anunciada intenção do governo, em especial da Senhora Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, Dr.ª Assunção Cristas, de privatizar a Empresa Geral do Fomento, S.A. é um atentado aos interesses de Esposende.

Esta empresa pública, sub-holding do Estado para a área dos resíduos, detém uma participação maioritária na RESULIMA, responsável pela recolha e tratamento de resíduos sólidos (entre outros, do nosso concelho).

A troca de patacos (porque nem sequer é um bom negócio!) o governo prepara-se para entregar a uma empresa privada a maioria do capital social dos sistemas multimunicipais que recolhem e tratam o lixo.

Este facto tem consequências simples e directas:

- A qualidade dos serviços vai baixar;*
- As tarifas a pagar pelos municípios vão subir e*
- Vão afastar-se os municípios da gestão destes serviços, perdendo-se a grande vantagem que é a gestão de proximidade.*

Por estas razões não faz nenhum sentido que um serviço que é público, que sempre foi público e que é economicamente sustentável – porque nunca deu prejuízo ao Estado que agora quer fazer uma negociata – seja entregue a uma gestão privada, que na lógica do lucro, não olhará aos verdadeiros interesses da população, em concreto dos Esposendenses.

Sejamos claros, nesta matéria não há lugar para ambiguidades: aquilo que se anuncia, tendo sido já este mês constituída uma comissão técnica para o efeito, vai contra os interesses da população que aqui TODOS representamos e exige uma posição clara da nossa parte. Assim, pomos à Vossa consideração a votação de uma moção nos seguintes termos:

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida a 29 de Abril de 2013, delibera, no interesse

da população, manifestar a sua oposição intenção do Governo de privatizar a Empresa Geral do Fomento, S.A. e a consequente privatização da maioria do capital social da “RESULIMA, S.A.”.

---Sendo vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, por proposta do Presidente da Mesa em exercício, foram os trabalhos interrompidos para discussão dos assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo sido retomados pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, altura em que se verificava a presença dos membros que estavam presentes antes da interrupção dos trabalhos. -----

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ DA CRUZ CARVOEIRO, PAI DO SENHOR DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DR. MANUEL CARVOEIRO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ DA CRUZ CARVOEIRO, PAI DO DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DR. MANUEL CARVOEIRO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR AO SENHOR DEPUTADO E DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MÁRIO NEIVA LOSA, EX-PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARINHAS. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MÁRIO NEIVA LOSA, EX-PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARINHAS. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

3 - MOÇÃO CONTRA INTENÇÃO DO GOVERNO DE PRIVATIZAR A EMPRESA GERAL DO FOMENTO, S.A. E A CONSEQUENTE PRIVATIZAÇÃO DA MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL DA RESULIMA, S.A. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra 17 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP, num total de 20. Abstiveram-se a deputada Ana Mafalda do Grupo Político do PSD e os 3 deputados Independentes, num total de 4. Votaram a favor os 6 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 7. -----

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira, pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD vota contra a proposta apresentada pelo Partido Socialista sobre a privatização da recolha e tratamento dos resíduos sólidos pela seguinte razão:

- Consideramos ser inoportuna a moção em causa já que é do nosso conhecimento estarem as autarquias a dialogar com o Governo no sentido de o demover desta vontade e que, mesmo que assim aconteça, estão a ser feitos todos os esforços para que se salvaguardem os interesses dos municípios e dos munícipes.”

E a segunda, pelo Grupo Político do CDS-PP, que se transcreve:

“A venda de participações sociais em Sociedades Anónimas obedece a regras e critérios legais que a participação do Estado enquanto accionista não pode nem deve adulterar. O estado não tem que estar em todos os sectores e este é um sector já particularmente maduro em cuja intervenção deve ser residual. Isto porque se esta é a discutir na Assembleia da Republica o novo regime jurídico da Ersar que visa atribuir competências a esta entidade para regular e fixar os preços dos resíduos e das águas garantindo assim a justa e equitativa fixação dos mesmos, sem risco de preços penalizadores para os cidadãos.”

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para esclarecer sobre eventuais assuntos que possam ser colocados pelos senhores deputados e que, em complemento, à Informação Escrita do Presidente da Câmara.

NÃO SE VERIFICARAM INTERVENÇÕES. -----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

Sendo vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos compareceu na sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal, cuja falta até ao momento foi considerada justificada.

03.02 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2013 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia onze de Fevereiro de 2013 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

No período de discussão e votação do presente assunto, alguns dos senhores Deputados referiram terem tido problemas com a recepção da acta através de email e não tiveram oportunidade de a apreciar.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal verificou o relatório de entrega aos senhores deputados do email onde se encontrava, para além de outros assuntos, a acta da última sessão.

Após apreciação do relatório de entrega do email, o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, de facto, a acta foi enviada e que concluía ter havido um problema na recepção do email por parte de alguns dos senhores deputados.

Concluindo, referiu que, uma vez que alguns dos senhores deputados não tiveram acesso à acta a mesma iria ser apreciada e votada na sessão de Junho da Assembleia Municipal.

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO. -----

03.03 – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EP – ESTRADAS DE PORTUGAL, EPE – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de Outubro de 2011, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal autorize a resolução do protocolo entre o Município de Esposende e a EP – Estradas de Portugal, EPE, bem como, de acordo com o n.º 4 do mesmo protocolo, considere anulados os Autos de Transferência. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Seguidamente interveio Ana Morgado, do Grupo Político do PS, questionando sobre quais as consequências práticas da proposta de revogação do protocolo com as Estradas de Portugal.

Usou seguidamente da palavra o senhor Mário Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, referindo que a Autarquia deverá insistir junto das Estradas de Portugal para que sejam efectuadas obras de conservação da Estrada Nacional 305 uma vez que a mesma se encontra bastante danificada e existe também a necessidade de reforço de passadeiras naquele troço até porque, actualmente, começa a estar em causa a segurança daqueles que utilizam aquela estrada.

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente referindo que em ambos os troços de estrada há a necessidade de manutenção e o Município não pode andar a despender de recursos próprios para efectuar essa manutenção. Continuando, disse que ao ser revogado o protocolo em questão, as Estradas de Portugal terão que assumir as suas responsabilidades, nomeadamente, a manutenção dos dois troços de estrada, designadamente a Nacional 205-1 e a Nacional 305 num total de cerca de 15 km.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DELIBEROU POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A PROCEDER À

RESOLUÇÃO DO PROTOCOLO EM CAUSA, PELOS FUNDAMENTOS CONSTANTES NA MESMA, BEM COMO CONSIDERAR ANULADOS OS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA. -----

Votaram a favor os 19 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e os 3 deputados Independentes, num total de 25. Abstiveram-se os 6 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 7. -----

03.04 – PARQUE TEMÁTICO DOS MOINHOS DE VENTO DA ABELHEIRA – FREGUESIA DE MARINHAS – CONCELHO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE LOCAL. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de Abril de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal reconheça o Interesse Local do Parque Temático dos Moinhos de Vento da Abelheira na freguesia de Marinhas. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada. Foi ainda solicitado à Arqt.^a Ana Valente, Chefe da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do projecto através de uma exibição em *PowerPoint*.

Usou da palavra Manuel Carvoeiro do Grupo Político da CDU, referindo que seria interessante que fosse também contemplada a intervenção na Azenha de Copos que, como disse, se tratar de uma riqueza no contexto dos Moinhos de Vento. Questionou ainda se foi acautelada a exposição ao vento a que estará sujeito do auditório previsto no projecto apresentado, uma vez que se trata de um local bastante ventoso. Continuando, questionou se foi igualmente acautelada o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Usou novamente da palavra a senhora Arqt.^a Ana Valente referindo que o polígono de intervenção, nesta fase, só irá contemplar os moinhos de vento mas que existe um estudo mais alargado onde estão incluídas intervenções nas Azenhas Copeiras e nas Azenhas de Água. Referiu ainda que sobre a questão do vento e tendo em conta que aquele espaço se encontra estrategicamente colocado para aproveitar os ventos daquele local, por força das circunstâncias, será sempre um espaço com um ambiente ventoso e o auditório servirá para criar algumas dinâmicas do próprio Parque ficando localizado na encosta e sujeito ao clima próprio daquele lugar. Sobre a questão dos acessos de pessoas com mobilidade reduzida, referiu que se trata de uma encosta bastante abrupta e com muitos condicionalismos em termos de acessibilidades pelo que, uma pessoa com mobilidade reduzida não conseguirá ter acesso à totalidade do Parque mas conseguirá visitar uma parte substancial do mesmo. Disse que, como referiu anteriormente, tal dificuldade se deve aos condicionalismos próprios daquele espaço e, porque parte daquele espaço se encontra em REN – Arriba Fóssil, existe um impedimento legal relativamente a uma intervenção na paisagem de forma a altera-la porque o Regime da REN é muito restritivo e, não sendo autorizado uma intervenção daquele tipo, não há outra forma de contornar a dificuldade de forma a possibilitar a visita na sua totalidade a pessoas com mobilidade reduzida.

Usou seguidamente da palavra Albino Neiva do Grupo Político do PSD, apresentando felicitações à Câmara Municipal pela iniciativa e pelo projecto, uma vez que se trata de património que faz parte das suas vivências e, pese embora as dificuldades, entende que o projecto poderia ser alargado a outro tipo de Azenhas.

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo a Câmara Municipal não enjeita a vontade de alargar o projecto aos outros tipos de azenhas mas, porque se trata de processo muito complexo e um investimento de cerca de oitocentos e cinquenta mil euros e que a este valor acresce as expropriações e porque se poderá perder o financiamento caso o projecto se prolongue no tempo a Autarquia decidiu avançar com a obra de construção do Parque Temático dos Moinhos de Vento da Abelheira.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RECONHECER O INTERESSE LOCAL DO PARQUE TEMÁTICO DOS MOINHOS DE VENTO DA ABELHEIRA, NA FREGUESIA DE MARINHAS – CONCELHO DE ESPOSENDE. -----

03.05 – CONSTRUÇÃO DO CAMPO POLIDESPORTIVO DE RIO DE MOINHOS – MARINHAS – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE LOCAL. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de Abril de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal reconheça o Interesse Local da Construção do Campo Polidesportivo de Rio de Moinhos na Freguesia de Marinhãs. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada. Foi novamente solicitado à Arqt.^a Ana Valente, Chefe da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do projecto através de uma exibição em *PowerPoint*.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RECONHECER O INTERESSE LOCAL DA CONSTRUÇÃO DO CAMPO POLIDESPORTIVO DE RIO DE MOINHOS NA FREGUESIA DE MARINHAS. -----

03.06 – RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO SIGQA – ANO DE 2012 – PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 18 de Abril de 2013, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Relatório de Gestão, Relatório de Actividades, Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do SIGQA referentes ao ano de 2012. É ainda proposto que, para cumprimento do estabelecido

no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54 –A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL – aprove o Resultado Líquido do Exercício, pelo valor positivo de 3.262.872,17€, seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas Legais. € 163.143,61 (5%)
- Reserva Livres. € 3.099.728,56 (95%).

Fica arquivada cópia do mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada. Referiu que se trata de um documento muito técnico mas que, sobre o mesmo, gostaria de apresentar alguns aspectos que considera muito importantes. Continuando, disse que, provavelmente, este relatório será a melhor apresentação de contas dos últimos quinze anos deste Município e que esta é também uma posição partilhada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Sobre o relatório, referiu que a Câmara Municipal apresenta um resultado líquido de três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e dois euros e dezassete cêntimos e que este valor se deve essencialmente a uma diminuição de custos no valor de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros. Disse ainda que o saldo orçamental de um milhão, setecentos e quarenta e um mil, duzentos e noventa e sete euros e quarenta e dois cêntimos que é essencialmente o resultado daquilo que foi pago e o que foi recebido pela Autarquia. Sobre a execução orçamental, salientou a execução da receita que foi superior a 97% e uma execução da despesa superior a 89%. Já no Plano de Actividades a execução foi superior a 93% e do PPI superior a 77% e que os dados apresentados mostram bem o esforço do Município na contenção das contas e um caminho consolidado que tem sido seguido nos últimos anos por parte da Câmara Municipal e que isto acontece num momento de crise generalizada onde a grande maioria dos municípios se debate com enormes dificuldades. Referiu também que relativamente ao endividamento a Autarquia conseguiu uma redução de cerca de um milhão de euros e que a Câmara Municipal apresenta um rácio de liquidez geral de 190% e de liquidez imediata de 140% o que demonstra bem o equilíbrio das contas do Município.

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que perante os números apresentados pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e perante os documentos que teve a oportunidade de apreciar, disse se tratar de um oásis tendo em conta o que se assiste em todo o País.

Interveio seguidamente Ana Morgado, do Grupo Político do PS e cuja intervenção se transcreve:

“A apresentação e discussão do Relatório de Gestão do ano de 2012 da Câmara Municipal de Esposende é uma boa oportunidade para reflectirmos, em conjunto, sobre aquilo que ele significa para os municípios que aqui representamos.

É habitual a tentação de, nesta ocasião, olhar para o sentido estrito de um relatório e prestação de contas: a sua autenticidade, o cumprimento das regras da contabilidade pública e a sua adesão ao orçamento do ano em causa.

Mas isto, desculpar-me-ão aqueles que não concordam, reconduz-se a uma mera verificação da legalidade e da conformidade contabilística deste documento.

Ora, sem rejeitar a necessidade de assegurar o cumprimento rigoroso das regras do estado de direito, não é essa a dimensão que mais importa. O que este relatório traduz é, antes de mais, o resultado das opções de política pública que foram prosseguidas pela maioria.

Em primeiro lugar, é importante referir que existem dimensões importantes da intervenção municipal que não constam deste relatório, uma vez que grande número das funções públicas autárquicas é desempenhado pelas empresas municipais.

Esta circunstância, que abordaremos no próximo ponto da ordem de trabalhos, deixa fora da avaliação anual que cabe a esta Assembleia, dimensões tão importantes como a gestão da rede pública de água e saneamento básico ou as actividades desenvolvidas pela empresa “Esposende 2000”.

Não se diga que é assim que a Lei determina, ou que essa é matéria que merece tratamento na consolidação de contas, nos contratos de gestão ou nas rubricas de transferências da Câmara Municipal para essas entidades. O facto permanece: este relatório de gestão reporta apenas a uma parte, uma parcela, uma porção da actividade municipal.

E esta realidade é tanto mais importante quanto, de 2011 para 2012, as transferências correntes da Câmara Municipal para as empresas municipais aumentaram significativamente, como está bem evidenciado no gráfico da página 86 deste relatório.

Em segundo lugar, é importante referir que existe uma contradição evidente entre a afirmação contida na “Nota Final” do Sr. Presidente da Câmara Municipal e os números constantes deste relatório.

Quando, na página 104, declara que (e passo a citar) “continuamos a registar uma quebra nas receitas do Município” (fim de citação) não posso deixar de chamar a atenção para a falta de rigor contida nesta afirmação.

É evidente que, olhando para o mapa de “evolução das receitas”, na página 69, verificamos que há uma diminuição de 0,9% da receita global face ao ano anterior.

No entanto, esmiuçando os números e, fundamentalmente, as contas das receitas estruturais, porque são estas que garantem a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, temos que dizer que a tese da quebra das receitas é um mito.

Se olharmos individualmente para algumas delas isto até é verdade. Contudo, a verdade pura e dura é que o aumento das receitas de impostos directos (que sobem todas, seja IMI, seja IUC, seja IMT) e o aumento das vendas de bens e serviços (especialmente a receita proveniente da cobrança de resíduos sólidos), compensa largamente, repito, compensa largamente, as perdas nas receitas de impostos indirectos e nas transferências da administração central.

Aliás, a receita global de 2012 só não é muito superior à de 2011 porque, nesse ano, foram contabilizados mais de dois milhões e seiscentos mil euros de receitas extraordinárias da Câmara Municipal, em grande parte relativos à operação de alienação de património municipal para a propriedade da empresa municipal “Esposende Ambiente”.

Sem essa operação contabilística estaríamos, indesmentivelmente, a analisar um relatório de gestão com um enorme aumento de receitas face ao ano anterior.

Este facto tem o maior significado, porque significa uma mudança de paradigma na arrecadação de receitas pela Câmara Municipal de Esposende que vive, cada vez mais, do esforço contributivo dos esposendenses.

Esta tendência, que se tem sentido nos últimos anos, revela que a Câmara Municipal de Esposende acomodou-se, nos últimos anos, às fontes de receita certas e de aumento constante que as famílias esposendenses não podem deixar de pagar.

Esta realidade tem a sua expressão paradigmática na receita proveniente de resíduos sólidos. Vejam a página 75: são mais de um milhão, oitocentos e noventa mil euros cobrados às famílias esposendenses.

Qual é a despesa? Vejam o mapa de execução do plano de actividades municipais: cerca de um milhão, quatrocentos e nove mil euros.

Sobe a receita de resíduos sólidos, como subiu a cobrança de IMI, o pagamento de Imposto de Circulação, e a participação fixa no IRS.

É caso para dizer: parem de escavar nos bolsos dos esposendenses!

Como é que num ano em que o desemprego no concelho aumentou e num ano em que o rendimento médio das famílias diminuiu significativamente, esta maioria concebeu e executou uma política de aumento dos encargos dos esposensenses?

O que é que isto nos diz sobre a forma como é encarado o contexto sócio-económico por aqueles que elegemos?

Onde está a tão necessária sensibilidade social em tempos de crise?

Quais são as razões que justificam que o rendimento das pessoas diminua e, mesmo assim, a Câmara Municipal de Esposende arrecade mais e mais receita?

Houve um aumento do investimento?

Não. O total das despesas de investimento diminuiu em 2012 face a 2011, não obstante o aumento, no último ano, do valor de participações externas de fundos comunitários e contratos programa.

Houve um aumento das despesas?

Também não; as despesas estruturais desceram, essencialmente devido ao não pagamento, durante o ano de 2012, de subsídios de férias e de natal aos funcionários desta edilidade e à redução do serviço da dívida.

Aquilo que se manteve inalterado, face a 2011, foi um aumento ligeiro das despesas correntes, quando somadas as despesas do plano plurianual de investimentos e as outras despesas correntes.

Ou seja, o tão propalado rigor orçamental; as tão anunciadas (e passo a citar a nota final) “medidas bastante rigorosas ao nível da redução de despesas” (fim de citação) traduzem-se nisto: reduzir pessoal, pagar menos ao pessoal e aumentar impostos e taxas pagas pelos municípios.

Onde é que já vimos isto?

Este não é, certamente, o caminho que esta Câmara precisa para cumprir o seu papel de serviço público a Esposende e aos esposendenses.”

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro do Grupo Político da CDU e cuja intervenção se transcreve:

“Sem dúvida estamos num Município que segue de forma exemplar a pegada do Governo no que concerne à cobrança de impostos.

Destaco aqui um aspecto que, repetidamente venho chamando à atenção quando esta Câmara apresenta as suas contas, verifico que só em serviços de acessória de imprensa a Autarquia gastou dezoito mil euros, em prestação de serviços de assistência jurídica gastou trinta e dois mil, oitocentos e trinta e três euros e pergunto ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal se tem ideia quais os pareceres emitidos pela senhora Professora Ana Paula Oliveira no último ano? Justifica-se esta acessória? Que dossiers tão complicados tem esta Câmara que justifiquem esta despesa?

Nos nosso email recebemos informação das realizações da Câmara Municipal por parte de determinada assessora de imprensa, mas também recebemos por mais outra técnica e mais outra, repetidamente é dada a mesma informação. Justifica-se esta despesa, quando no fundo parece que há aqui uma acumulação de funções de quem presta estes serviços? A soma destes serviços, só em 2012, é superior a cinquenta mil euros que davam para mais bolsas de estudo, mais investimento na educação e que considero ser uma despesa supérflua que a Câmara

Municipal teimosamente continua a não cortar e, para já não falar na despesa em pareceres e num conjunto de outros estudos. A Câmara não tem bons técnicos, técnicos reconhecidos, não tem um Gabinete Jurídico capaz de prestar este trabalho? Não é possível cortar aqui? É isto que não se verifica.

Também não esta aqui plasmado uma realidade que passa para outro fórum de intervenção municipal que são as empresas municipais. Desde logo no que tem a ver com todo o investimento quanto ao saneamento básico, incluindo também o investimento no fornecimento de água às populações. Temos neste Concelho, neste quadro em que tudo parece que são rosas, realidades em que nas proximidades dos moinhos da abelheira não temos saneamento básico. Temos assim um quadro apresentado nestes documentos, que se traduz numa realidade maravilhosa e depois temos outra realidade vivencial onde efectivamente Esposende perdeu o comboio porque dificilmente vai ter verbas comunitárias para resolver um problema complicado que é precisamente a qualidade de vida das populações no que toca ao abastecimento de água, resíduos sólidos entre outros.”

Usou seguidamente da palavra Albino Neiva do Grupo Político do PSD e cuja intervenção se transcreve:

“O Grupo Político do PSD desta Assembleia Municipal de Esposende depois de analisar o documento referente ao Relatório de actividades, Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão referente ao ano de 2012 não pode deixar de votar favoravelmente estes documentos, felicitando o Executivo pelo excelente trabalho que tem vindo a realizar quer a nível da rigorosa e cuidada gestão financeira e económica quer mesmo no bom desempenho em áreas como o sistema organizacional do município e as políticas da Qualidade e Ambiente. Todos nós sabemos que as constantes quebras de receita do Município e outros constrangimentos orçamentais, levam a que haja uma grande contenção da despesa. Esta atitude leva a que o nosso Município seja apontado como exemplar nesta matéria, factor ainda há dias bem reconhecido e evidenciado pelo próprio candidato do Partido Socialista às próximas eleições autárquicas.

Por todas estas razões o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vão votar favoravelmente as propostas 03.06 e 03.07 da presente Ordem de Trabalhos.”

Seguidamente usou da palavra o senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende e cuja intervenção se transcreve:

“A votação das matérias relativas a orçamentos e prestações de contas é, para um Presidente de Junta, especialmente para um que seja eleito em listas partidárias de outro partido político que não o da maioria, um momento de grande melancolia (para citar um conhecido camarada meu).

Julgo que todos compreenderão o quão difícil é manter o equilíbrio entre as posições políticas, legítimas e bem fundamentadas, do partido político que nos elegeu e os compromissos e deveres da população que, globalmente considerada, um presidente de Junta representa.

A verdade é que, neste momento como em todos os momentos deste mandato autárquico, existem um conjunto de acordos e parcerias em concepção ou em execução entre as Junta de Freguesia que aqui representamos e a Câmara Municipal que propõe para aprovação o seu relatório de gestão. Julgo que o mesmo sucede com todas as Juntas de Freguesia deste concelho.

Inevitavelmente, este documento reflecte, nalgumas das suas dimensões, actividades e investimentos que mereceram e merecem a concordância e a colaboração das Juntas de Freguesia que aqui representamos

Por essa razão não podemos votar contra este relatório sob pena de cair num intolerável oportunismo que não é, far-nos-ão essa justiça, característica do nosso comportamento.

No entanto, também não podemos deixar de ser sensíveis aos argumentos fortes que o Partido Socialista, a força política que nos elegeu e que integramos com convicção, apresenta para não apoiar este Relatório.

São argumentos que tem a força do ideário político que defendemos e que, pesados na balança dos argumentos, não podem deixar de fazer reflectir.

Todavia, votaremos favoravelmente este relatório tendo em conta os compromissos das nossas Freguesias com a Câmara Municipal.”

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente tendo referido que perante a intervenção da deputada Ana Morgado quase que passa a sensação que o Município de Esposende só apresenta estes resultados porque cobra taxas e tarifas muito elevadas aos munícipes de Esposende. Continuando, disse não poder estar de acordo com essa ideia. Referiu ainda que quando se fala em quebra de receitas a comparação é feita apenas com o ano de 2011, e que, embora tenham afirmado que não se verificou uma quebra de receitas, de facto, verificou-se uma quebra de 0,9% e há também que perceber que também nos anos anteriores de verificou uma perda de receitas constante. Disse também que um de muitos aspectos que contribuiu para uma redução efectiva da despesa foi o facto de Esposende, do ponto de vista dos recursos humanos, ser a nível nacional o Município que menos trabalhadores têm por habitante. Continuando, referiu que para muitos, surpreendentemente, perante os resultados agora apresentados, continua a verificar-se muito investimento no Concelho de Esposende e este investimento e os compromissos financeiros que dele resultam encontram-se cumpridos.

Disse que gostaria de relembrar e, também para desmontar a ideia que os munícipes estão a ser sacrificados, que Esposende é dos poucos Municípios onde não é cobrada Derrama e que é este também um factor positivo que incide directamente sobre as empresas do concelho de Esposende resultando num apoio às pessoas e sobretudo às empresas. Que também se devem lembrar, porque foi aprovado nesta Assembleia, da proposta da Câmara Municipal para descer o IMI que, num intervalo de 0,3% a 0,5%, a Autarquia baixou o IMI em 0,05% que equivale a uma redução real de 12,5% e, com o compromisso público do Senhor Presidente da Câmara que se se vier a verificar um aumento da receita do IMI de passar a taxa para o valor mínimo.

Lembrou que também foi apresentada e aprovada na Assembleia Municipal uma proposta da Câmara Municipal para a diminuição em 50% nas taxas da publicidade e de esplanadas que, como referiu, é também um apoio directo ao comércio. A redução em 5% em todas as taxas do município e a não actualização da taxa de inflação por parte da Câmara Municipal quer das duas empresas municipais. A Câmara Municipal tem sempre uma atenção permanente e se orgulha de ter as contas equilibradas e, uma “almofada” financeira para atender, caso haja necessidade, situações de emergência social.

Quanto às assessorias jurídicas e respondendo à questão apresentada pelo deputado Manuel Carvoeiro, disse que a Autarquia tem apenas uma jurista a trabalhar e, foi explicado, na altura, qual a razão da assessoria prestada pelo Dr. Rui Moutinho e lembrar que o lugar deixado vago por este, como é do conhecimento geral, não foi preenchido.

Sobre o abastecimento de água, disse que o concelho de Esposende tem uma cobertura muito perto dos 100% e relativamente ao saneamento a cobertura é na ordem dos 80% e que, efectivamente, há locais que não existe nem nunca poderá existir rede de saneamento

porque não é viável e que seria um mau investimento quando há outras soluções que salvaguardam a questão ambiental.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E O RELATÓRIO DE GESTÃO DO SIGQA REFERENTES AO ANO DE 2012. MAIS DELIBEROU APROVAR O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, PELO VALOR POSITIVO DE 3.262.872,17€ E QUE, O MESMO, SEJA APLICADO DA SEGUINTE FORMA:

- RESERVAS LEGAIS 163.143,61€ (5%) E EM RESERVAS LIVRES 3.099.728,56€ (95%).

Votaram a favor os 19 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados Independentes e os senhores José Felgueiras e Luís Peixoto, respectivamente, Presidentes de Junta de Esposende e Fão, num total de 24. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP. Votaram contra 4 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 5. -----

03.07 – RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2012 – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de Abril de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende referente ao ano de 2012. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Seguidamente usou da palavra Ana Morgado, do Grupo Político do PS e cuja intervenção se transcreve:

“Se este relatório nos é trazido à votação então tinham o dever institucional de nos enviar as contas das duas empresas municipais que integram o perímetro da consolidação de contas que é trazida a votação.

Não faz qualquer sentido votar de olhos vendados um relatório de consolidação de contas sem conhecer estas mesmas contas.

E, não basta dizer que os documentos estão disponíveis. Queremos ser tratados com dignidade e respeito institucional. Este é local próprio para a informação ser prestada e discutida.

Não podemos, por tudo quanto se deixa dito, votar favoravelmente o relatório que nos é apresentado.”

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE

ESPOSENDE REFERENTE AO ANO DE 2012. -----
Votaram a favor os 19 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP, os 3 deputados Independentes e os senhores José Felgueiras e Luís Peixoto, respectivamente, Presidentes de Junta de Esposende e Fão, num total de 27. Votaram contra 4 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 5. ---

03.08 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL – REVISÃO ORÇAMENTAL – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de Abril de 2013, foi presente na sessão a 1.ª Revisão Orçamental aos Documentos Previsionais de 2013 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal 2013. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REVISÃO ORÇAMENTAL NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. ----

03.10 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL:

Interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, referindo que teve conhecimento que o senhor Presidente da Câmara se terá dirigido ao Ministério da Economia porque, também ele, terá tido conhecimento através da comunicação social que iriam ser realizadas prospecções e pesquisas de minérios nos concelhos de Esposende e Barcelos e, segundo noticiado, o senhor Presidente da Câmara deu a entender que se encontrava estupefacto porque, o Ministério da Economia não deu conhecimento à Câmara de Esposende deste processo. Continuando, disse que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista na Assembleia da República questionou o Ministério da Economia sobre este dossier e, na resposta, o Chefe de Gabinete do Senhor Ministro, informou que no âmbito dos processos administrativos desencadeados para prospecções e pesquisa de minérios, para além das publicações obrigatórias foram informadas as autarquias, pelo que pressupõem que a Câmara de Esposende foi ouvida sobre esta matéria. Perante o que foi afirmado pelo senhor Presidente da Câmara e perante a resposta do Chefe de Gabinete do senhor Ministro da Economia à pergunta do Partido Comunista, questionou o senhor Vice-Presidente se afinal o Ministério da Economia ouviu ou não a Câmara de Esposende?

Continuando, referiu que gostaria de ver esclarecido um assunto que já abordara na última sessão da Assembleia Municipal e que se prende com a passagem da educação pré-escolar, em Palmeira de Faro, da Rede Pública para uma Instituição Privada de Solidariedade Social. Disse que nessa sessão o senhor Presidente da Câmara afirmou que tal só aconteceria se houvesse um acordo dos pais e também do Agrupamento de Escolas. Referiu que foi recentemente

contactado por um pai daquela freguesia que, com muita preocupação, lhe deu conta que terá havido uma reunião na referida instituição e que, nessa reunião, houve quase que uma coação sobre os pais tendo sido passada a ideia que as crianças ou se transferiam a bem ou então seriam transferidos a mal. Porque, como referiu, é uma situação difusa e não sabendo se, de facto, foi assim que aconteceu e fazendo fé no que lhe foi transmitido, gostaria de obter uma resposta cabal da Câmara Municipal sobre este dossier.

Terminando, questionou sobre a eventual abertura de uma escola privada na freguesia de Palmeira de Faro que, como disse, pese embora não tenha nada contra as instituições privadas, mas que espera que esta criação não se verifique à custa e com prejuízo da escola pública, até porque, na informação a que teve acesso, foi dado a conhecer que a escola irá funcionar nas antigas instalações da Escola de Eira D'Ana que entretanto foi encerrada depois de lá terem sido feitas obras.

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente tendo referido que sobre a questão colocada pelo senhor deputado Manuel Carvoeiro sobre as prospecções e pesquisas de minérios nos concelhos de Esposende, disse que importa esclarecer que na data em que o senhor Presidente da Câmara enviou a carta ao senhor Ministro da Economia não tinha efectivamente sido consultado e que, na altura, foi também solicitado pelo senhor Presidente uma reunião com o senhor Secretário de Estado que foi concedida e, nessa reunião, foi dado conhecimento do processo e daquilo que estava em causa. Referiu que foi a Câmara de Esposende que procurou a informação e que quando o Ministério da Economia diz ter dado informação à Autarquia, a verdade é que essa informação foi prestada na referida reunião solicitada pelo senhor Presidente da Câmara.

Seguidamente usou da palavra a senhora Vereadora da Educação tendo referido que no ano anterior foi, por parte da Autarquia, pensada a deslocação das crianças do Jardim-de-infância de Santo António para o CICS. Contudo, e porque ouvidos os pais e o corpo docente, a Câmara Municipal achou por bem não o fazer. Referiu ainda que não ouve, por parte da Autarquia, mais nenhum desenvolvimento e, perante a informação prestada pelo senhor deputado Manuel Carvoeiro em que terá havido uma reunião entre a instituição e os pais e que estes últimos terão sido coagidos, disse que desconhece tal reunião e espera que tal não se tenha de facto verificado embora entenda que a palavra utilizada pelo senhor deputado seja, em seu entender, demasiado forte para descrever a situação.

Continuando, referiu que sobre a questão colocada sobre a criação de uma escola privada, disse que recebeu há cerca de seis meses um pedido para uma reunião de uma professora que pretendia apresentar um projecto para abertura de uma escola privada no Concelho de Esposende. Referiu que nessa reunião foi solicitado se haveria alguma escola no concelho que estivesse desactivada e foram dadas duas soluções, em concreto, a escola das Pedreiras em Fão e a escola de Eira D'Ana em Palmeira de Faro. Visto a escolha ter recaído sobre a escola de Eira D'Ana e porque aquele espaço estava cedido à Junta de Freguesia de Palmeira, foi feito um protocolo entre a Junta de Freguesia e os interessados para a cedência daquele espaço mas que, para que o projecto possa avançar terá que ser protocolado com DREN e, como disse, até ao momento tal não se concretizou.

Usou seguidamente da palavra o senhor Jorge Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de Palmeira de Faro tendo referido que houve uma reunião em que ele próprio esteve presente e que não houve qualquer coação sobre os pais. Disse que foi que apresentada uma solução aos pais e, que essa solução, passava pela transferência das crianças do Jardim-de-Infância para as

novas instalações da referida instituição, até porque, como disse, existem salas disponíveis nas instalações do CICS, e é também nas instalações da instituição que são preparadas e servidas todas as refeições às crianças e que, este o facto das crianças serem transferidas para as novas instalações da instituição evitaria que as crianças tivessem que fazer várias viagens entre as duas instituições, nomeadamente para almoçarem. Referiu ainda que mais de 50% dessas crianças já frequentam aquela instituição em regime de complemento de horário. Disse ainda não ser verdade que os pais estiveram contra, mas sim, apenas duas pessoas e que o senhor deputado se poderia ter informado sobre o assunto junto da Junta de Freguesia.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o senhor Justino Mouquinho e o senhor Rui Filipe, que usaram da palavra nos termos do Regimento. -----

Assim, no uso da palavra, o senhor Justino Mouquinho questionou o senhor Vice-Presidente da Câmara sobre uma afirmação do senhor Presidente da Câmara que terá dito na freguesia de Fonte Boa que iria construir brevemente um Centro Escolar na freguesia de Apúlia. Disse ser a favor dos Centros Escolares mas que a política do Ministério é empurrar o ensino das escolas públicas para escolas particulares. Pelo que questionou onde a Câmara iria construir o Centro Escolar e como iria ser construído porque, em seu entender, o Centro Escolar não pode ser construído retirado das populações, tal como aconteceu com o Centro Escolar de Fão em que, pelo facto deste estar afastado da população obriga os pais a terem que levar os seus filhos à escola porque, uma vez que não se encontra a mais de três quilómetros a Autarquia não paga o transporte destas crianças e isto é uma preocupação minha e dos pais das crianças.

Seguidamente usou da palavra o senhor Rui Filipe que, na qualidade de Vice-Presidente da instituição CICS, disse que uma vez que foi aquela instituição referida e porque entende que deve prestar esclarecimentos sobre aquilo que foi referido. Disse que esteve presente na reunião a que se referiu o senhor deputado Manuel Carvoeiro e que completamente falso que alguém tenha sido coagido. Continuando, disse que houve há cerca de dois meses uma reunião com todos os pais das crianças que frequentam o CICS e lá vão estar em complemento de horário e que, nessa reunião, foi explicado como se iria processar o serviço de transportes aquando da abertura do novo edifício do CICS. Continuando, fez uma explicação de como se iriam processar os transportes entre o Jardim-de-Infância e o novo edifício do SICS para aquelas crianças que frequentavam e almoçam no CICS e que os pais destas crianças verificando que os seus filhos teriam que fazer entre quatro a cinco viagens entre os dois estabelecimentos e que, perante os factos apresentados, os pais que ficaram de certa forma surpreendidos e porque não queriam que as crianças, principalmente no Inverno, fizem esta quantidade de viagens solicitaram para que fosse convocada uma reunião entre todos os pais, a associação de pais e a Direcção do CICS e onde, mais uma vez, foi explicado como seria articulado o transporte entre o Jardim-de-Infância e o CICS. Perante tal situação, grande parte dos pais questionaram se haveria abertura por parte do CICS para receber aquelas crianças e que o que foi transmitido por parte da Direcção da instituição foi que tudo faria para que a solução fosse beneficiar as crianças e que havendo vontade de todos os intervenientes o CICS receberia aquelas crianças e ficou definido que, a partir do mês de Setembro, todos os pais que

entendessem colocar os seus filhos a frequentar o CICS o poderiam fazer e, como também lhes foi transmitido, não haveria qualquer custo acrescido. Terminando disse que se disponibilizava para fornecer o seu contacto pessoal ao deputado Manuel Carvoeiro para que também assim possa ouvir a outra parte interessada e não unicamente uma das partes como, de facto, aconteceu.

Seguidamente usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que, sobre a intervenção do senhor Justino Mouquinho, referiu que o processo do Centro Escolar de Apúlia não tem sido um processo muito fácil de gerir, até porque, como disse, houve a dificuldade em chegar a um acordo quanto à localização desse mesmo equipamento. Disse que de uma forma geral a população de Apúlia quer a construção do equipamento mas ao mesmo tempo existe a dificuldade em assumir o encerramento das outras escolas após a abertura do Centro Escolar. Continuando, referiu que, houve o compromisso público por parte do senhor Presidente da Câmara na construção do equipamento e foi-se desenvolvendo a ideia que o mesmo poderia ser construído dentro do espaço físico da actual EBI de Apúlia, até porque já lá se encontram as crianças de idades mais avançadas e pelas boas acessibilidades que aquele espaço apresenta, bem como se tratar do espaço que maior consenso reuniu. Perante os factos, a Autarquia formalizou junto da DREN uma candidatura para a construção do Centro Escolar. Disse ainda que a Câmara Municipal tem informação que a candidatura poderá ser aprovada e que a Autarquia está a estudar o processo e tem havido reuniões com a DREN sobre este processo. Terminando, referiu que sobre a questão dos transportes, ao contrário daquilo que afirmou o senhor Justino Mouquinho, a lei obriga não a três mas sim quatro quilómetros mas, é política do Município apoiar os alunos que se encontram a mais de três quilómetros e que, esse facto, implica um acréscimo superior a cento e oitenta e três mil euros por ano que se traduz, também aqui, num apoio directo à população do concelho de Esposende.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo APROVADA por UNANIMIDADE para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo zero horas, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

ACTA

N.º 02/2013

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
29 de Abril de 2013